



DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NA LITERATURA: REFLEXÕES SOBRE OBRAS DE AUTORIA FEMININA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Sheyla Maria Lima Oliveira

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB) oliversheyla@hotmail.com

RESUMO: Em um mundo em constante transformação, a juventude não se vê, nem se acha, nesse ensino opaco que tenta imprimir um padrão cultural homogeneizante sobre os processos educativos. Precisamos formar sujeitos em configurações concretas, críticos, atitudinais e que reflitam e articulem teoria e prática. Esse artigo consiste em discutir sobre novas experiências pedagógicas em âmbito escolar na área de Direitos Humanos, tendo a discriminação de gênero na literatura como eixo central. Tem como meta estimular e fortalecer a reflexão crítica acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres presentes na literatura, e através desta, sensibilizar a sociedade para tais questões. Os principais aportes teóricos são o educador humanista Paulo Freire, o crítico literário Antônio Candido, o professor Antonio de Pádua Dias da Silva e a escritora feminista Virginia Woolf. É necessário incorporar aos processos socializadores/educativos o princípio de igualdade como condensação da concepção de dignidade da pessoa humana. Dessa forma, esperamos avançar ainda mais no que diz respeito às questões referentes à educação em/para os Direitos Humanos tendo em vista quebrar preconceitos de múltiplas naturezas, assim como o preconceito de gênero que assola nossa complexa sociedade brasileira.

Palavras-Chave: Direitos Humanos, literatura, gênero.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Considerando a realidade sociocultural e as demandas sociais e educacionais, é imprescindível que os sujeitos modernos possam promover a construção de uma cultura de respeito aos Direitos Humanos. Nessa perspectiva, a escola, que deve sempre pautar pela formação de sujeitos de direitos, críticos e reflexivos de sua realidade é o melhor lugar para avançar na problematização

das expressões da questão social que contribuem para violar a dignidade da pessoa humana.

É preciso atenção no processo de reorganização da sociedade civil que se cristalizou nos moldes discriminatórios de determinados segmentos sociais, seja por orientação sexual, posicionamento político, gênero, raça, cor, origem social, etc. Os Direitos Humanos continuam sendo sistematicamente violados nas diferentes



classes sociais, precisamos articular as lutas do nosso dia a dia com as questões estruturais e políticas que afetam diretamente o nosso país. Sabemos que essa luta para estabelecer esses direitos firmemente na consciência dos indivíduos e dos povos passa obrigatoriamente por processos educativos.

Os Direitos Humanos há muito tempo lutam por uma sociedade democrática e justa, que respeite a dignidade do outro. Para tanto, as aulas de literatura têm um caráter social intrínseco, que vai além das fronteiras do prédio escolar. Através das obras literárias brasileiras, são abordados diversos conhecimentos e discutidas problemáticas pertinentes aos Direitos Humanos, como por exemplo, as questões de gênero¹ e as relações

¹ O conceito de gênero foi demarcado pelo pensamento feminista nos anos 1970, diz respeito ao modo como a sociedade constrói representações sobre ser homem e ser mulher e pressupõe que sejam naturalmente estabelecidas. A proposição de que o gênero é construído social e culturalmente, e não determinado biologicamente, é tanto uma questão teórica quanto política. Os gêneros não são uniformes nem fixos, mas plurais e mutáveis, porém as **relações de gênero** são relações de poder. Gênero é uma estrutura de dominação simbólica estável, evidente na divisão social do trabalho e na estratificação social.

As distinções de gênero estruturam todos os aspectos da vida social e se expressam na cultura, ideologia, violência, sexualidade, reprodução, divisão do trabalho, organização do estado e nas práticas discursivas, desde o enxoval de bebê rosa ou azul. Embora assumam uma variedade de formas em diferentes sociedades, períodos históricos, grupos étnicos, classes sociais e gerações, as relações de gênero integram um complexo sistema de dominação masculina, fortemente institucionalizado e internalizado. (CARVALHO, 2014)

de poder² estabelecidas socialmente homem/mulher.

Durante toda a vida acadêmica, e agora enquanto profissional que trabalha diretamente com a análise do processo de ensino/aprendizagem no ensino básico, foi possível constatar que, na literatura, bem como, em diversas outras áreas, ainda mantêm-se uma centralidade discursiva em torno do indivíduo homem/hetero/branco, ou seja, o patriarcado³ ainda segue como norma da humanidade, sobre essa questão Virginia Woolf em sua obra *Um teto todo seu* (1985) ressalta que: “os homens, em outras palavras,

² Segundo Michel Foucault: “toda relação humana é, a um certo grau uma **relação de poder**. Nós evoluímos num mundo de relações estratégicas perpétuas. Qualquer relação de poder não é má em si mesma, mas isto é um fato que comporta sempre perigos”(FOUCAULT, 2001, p. 1193).

O poder pode ser fonte de opressão em seu abuso e de emancipação em seu uso. As relações de gênero são relações de poder masculino e estão articuladas com outras relações de poder (classe, raça/etnia, orientação sexual). As mulheres têm pouco poder e este está circunscrito ao âmbito privado e familiar, por isso necessitam de empoderamento individual e coletivo. O poder feminino deveria constituir uma nova concepção de poder, mais democrático e compartilhado, baseando-se numa ética de promoção da melhoria nas relações sociais das gerações presentes e futuras (BATLIWALA, 1997; ROWLANDS, 1997).

³ O **patriarcado** é descrito na literatura sociológica como um sistema social sustentado ideologicamente pela heterossexualidade compulsória, violência masculina, socialização de papéis de gênero e modos de organização da vida e do trabalho em que os homens dominam as mulheres econômica, sexual e culturalmente, a partir do lar. Segundo as feministas marxistas, o patriarcado e o capitalismo se apóiam mutuamente já que a mulher é explorada tanto como trabalhadora assalariada quanto como dona de casa, ao sustentar o trabalhador com o trabalho doméstico gratuito.



escrevem agora apenas com o lado masculino do cérebro. É um erro lê-los, para uma mulher, pois ela inevitavelmente procurará algo que não irá encontrar.”

Para fazer acontecer a Educação em Direitos Humanos, precisa-se identificar inicialmente, em que situação encontra-se o contexto escolar e quais são os problemas que preocupam a comunidade sob a ótica dos Direitos Humanos? Refletindo nessas questões, entende-se que é preciso ressignificar as aulas de literatura, dando visibilidade às obras de autoria feminina, bem como, as próprias autoras da literatura brasileira, visto que, essas ainda não são reconhecidas e sofrem com as semioses falocêntricas⁴ intrínsecas no discurso literário. Discutir gênero, preconceitos, visibilidade feminina no contexto da literatura, relações de conflito e de poder, é também construir uma cidadania mais democrática, sem machismos⁵

⁴ Na concepção de Saussure, semiose é todo o processo em que algo (*véculo sígnico*) funciona como sinal de um *designatum* (aquilo a que o sinal se refere), produzindo um determinado efeito ou suscitando uma determinada resposta (*interpretante*) nos agentes (*intérpretes*) do processo semiótico (...). O termo falocêntrico está centrado no falo, é uma cultura, postura, convicção, atitude ou comportamento baseados na ideia da superioridade masculina, na qual o falo representa o valor significativo fundamental. Portanto, **semioses falocêntricas** representam significados e/ou sentidos, em que os homens assumem uma postura de superioridade (por possuírem um falo), assujeitando as mulheres.

⁵ O **machismo** constitui um sistema de representações-dominação que utiliza o argumento do sexo, mistificando assim as relações entre os homens e as mulheres, reduzindo-os a sexos hierarquizados, divididos em pólo dominante e pólo dominado que se

ou obscurantismos⁶, educando em/para Direitos Humanos e fortalecendo ainda mais o processo de empoderamento⁷ das mulheres.

2. JUSTIFICATIVA

Percebe-se a necessidade de se trabalhar a educação sobre igualdade de gênero dentro da escola, formando cidadãos mais conscientes para que eles possam refletir sobre como as relações de gênero, instituídas de poder, prestígio, hierarquia e discriminações, afetam, modelam e estruturam o imaginário social. Para que esses cidadãos possam também, reconhecer que existem sim relações desiguais entre homens

confirmam mutuamente numa situação de objetos. (DRUMOND, 1980). Ou seja, o machismo é a ideia errônea de que os homens são "superiores" às mulheres.

⁶ **Obscurantismo** é o estado do sujeito que se encontra na escuridão, ou seja, estado de completa ignorância. Significa uma oposição sistemática a todo o progresso intelectual ou material, atitude ou política contrária à difusão e transmissão de conhecimento, especialmente entre as massas.

⁷ “O termo **empoderamento** se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até à resistência, protesto e mobilização coletivas, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos” (BATLIWALA, 1994, p. 130 in SARDENBERG, 2009). Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>



e mulheres, e poder com isso refletir e visualizar a possibilidade real de minimizar as iniquidades e desigualdades existentes.

As discussões sobre a adequação e renovação de metodologias de ensino/aprendizagem em/para os Direitos Humanos⁸ estão presentes nas Instituições de Ensino Superior, porém, não saímos, ainda, da teoria para a prática. Os educadores precisam promover processos educacionais que contribuam para a construção da cidadania, a qual é constituída e compreendida a partir dos Direitos Humanos fundamentais e o respeito à pluralidade sociocultural.

Considerando que lidar com a literatura é uma maneira de desenvolver nossa sensibilidade e inteligência, bem como, de despertar nossa capacidade de indignação, criando em cada um de nós uma consciência

⁸ A expressão duplicada “educação em direitos humanos & para os direitos humanos” precisa ser explicada a partir do *ampersand* (é um carácter ou símbolo usado para substituir a conjunção aditiva) que expressa a ligadura entre os diferentes campos e concepções do conhecimento que pensam a complexa dimensão cultural e educacional dos direitos consagrados como humano. O símbolo & que, entre outras coisas, torna polissêmica a conjunção aditiva e permite ligar, costurar, sergir, imbricar, amalgamar reflexões e ações para a tessitura da educação em & para os direitos humanos. Uma das finalidades do *ampersand* seria apressar a escrita para a comunicação e o entendimento das trocas culturais e econômicas. A urgência de uma gramática educativa na dimensão dos direitos humanos parece ser tão evidente que se pode falar mesmo em uma emergência de demandas sociais que possam necessariamente pelos fundamentos econômicos tanto da educação quanto dos direitos humanos. (FLORES, Elio Chaves; FERREIRA, Lúcia F. Guerra; MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. 2014)

crítica da realidade circundante, percebemos, que se faz necessário propor e experimentar modos de convivência com o texto literário, a fim de que haja um trabalho efetivo com a literatura através de uma aproximação aluno/texto/contexto social. Concordamos com a mesma análise do educador Paulo Freire em seu livro *Ação cultural para a liberdade*:

No momento em que os indivíduos, atuando e refletindo, são capazes de perceber o condicionamento de sua percepção pela estrutura em que se encontram, sua percepção começa a mudar, embora isso não signifique ainda a mudança da estrutura. É algo importante perceber que a realidade social é transformável; que feita pelos homens, pelos homens pode ser mudada; É algo importante que a percepção ingênua da realidade vá cedendo seu lugar em favor da mudança da sociedade [...]. (2006, p. 46)

Nessa perspectiva, é fundamental que o processo educativo contemple um material que organize o repertório cultural da humanidade, explicitando a diversidade e a riqueza da experiência literária, envolvendo distintos sujeitos sociais. Ao fazer-se um estudo sobre os livros didáticos, nos últimos



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

quinze anos, pesquisadoras e estudiosas como Rita Terezinha Schimidt, Nádia Battela Gotlib, Zahidé Lupinacci Muzart e Guacira Lopes Louro, por exemplo, observaram o recorte sobre a literatura que está dentro do contexto de língua portuguesa e constataram a quase ausência de obras de autoria feminina, ou mesmo meias páginas falando sobre autoras importantes no cenário literário brasileiro que ajudaram a construir a nossa história e lutaram pela conquista dos Direitos Humanos. A professora Solange Rocha, no livro *Educação em Direitos Humanos e Educação para os Direitos Humanos* destaca, entre outras, a escritora negra do Maranhão:

Maria Firmina dos Reis, que escreveu o primeiro romance brasileiro de autoria feminina (Úrsula, em 1859), foi ardorosa defensora da abolição da escravidão, a partir da escrita de poesia e artigos nos jornais. Não menos importantes foram as ações de mulheres dos grupos subalternizados, como as escravizadas que empreenderam ações individuais para conquistar sua liberdade e enfraqueceram o sistema escravista. (2014, p. 162)

Nessa perspectiva, exige-se uma educação para a igualdade de gênero, crítico-reflexiva capaz de perceber e combater as

tramas preconceituosas subjacentes à construção literária textual. Tramas essas, que estão presentes nos textos literários desde o século XVI, como nos mostra Woolf:

A mulher, portanto, que nascesse com veia poética no século XVI seria uma mulher infeliz, uma mulher em conflito consigo mesma. Todas as condições de sua vida e todos os seus próprios instintos conflitavam com a disposição de ânimo necessária para libertar tudo o que há no cérebro. [...] O mundo não lhe dizia, como a eles: “Escreva, se quiser não faz nenhuma diferença para mim”. O mundo dizia numa gargalhada: “Escrever? E que há de bom no fato de você escrever?”. (1985, p. 64-66)

Ensinar literatura na perspectiva da igualdade de gênero despertando nos discentes questionamentos sobre como se constituem as relações entre homens e mulheres face à distribuição de poder, desde a práxis na sala de aula é, de fato, promover uma educação em Direitos Humanos, com ações afirmativas⁹, nas quais os direitos das

⁹ Ações afirmativas são um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo



mulheres sejam reconhecidos, ampliados e respeitados, combatendo toda e qualquer forma de violência e discriminação de gênero tanto em âmbito escolar, como em outros espaços sociais.

3. REFLEXÕES TEÓRICAS

Diante das hegemonias econômicas, políticas e socioculturais, é urgente proclamar a cultura dos Direitos Humanos a fim de eliminar os fronteiramentos das desigualdades. Nesse sentido, a Escola e o professor/a que formam pessoas em valores, atitudes e comportamentos devem incluir a Educação em Direitos Humanos (EDH) em seu Projeto Político Pedagógico. Assim, a EDH deve permear o currículo formal, em todas as suas disciplinas, pois, tanto a formação docente inicial quanto a continuada têm limitações relativas à articulação teoria-prática e à contextualização do conhecimento. Cada uma das disciplinas deve refletir, a partir de seu objeto de estudo, sobre o seu modo de vinculação com a EDH, pois, de acordo com SILVEIRA (2014), ela está presente nos processos naturais, nos processos sociais e nos processos de linguagem.

No entanto, a linguagem da literatura no currículo escolar ainda se apresenta

a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (Supremo Tribunal Federal, 2001).

distante da vinculação dos conteúdos necessários à Educação em Direitos Humanos. A literatura é matéria secundária no que tange ao acesso e a leitura de obras literárias, sobretudo os textos de autoria feminina, já que na sala de aula raramente se apresentam as obras de escritoras brasileiras, as aulas são sempre com fragmentos de textos, romances e contos de autores masculinos que fazem parte do cânone¹⁰ da literatura brasileira.

Em outros campos do conhecimento, como nas ciências sociais, na história e nas artes, houve um significativo crescimento de pesquisas acadêmicas sobre as mulheres e as relações de gênero. Contudo, nos manuais didáticos, bem como, no ensino de literatura mantêm-se distantes do saber produzido nas universidades brasileiras, permanecendo um ensino tradicional, utilizando apenas os clássicos literários. De acordo com a análise da professora Rocha (2014), historicamente os sujeitos destacados são os personagens masculinos, ao educar, as imagens escolhidas

¹⁰ O termo cânone deriva do grego *kánon* e diz respeito a uma regra, modelo ou norma representada por uma obra ou um poeta. Pode significar relação ou catálogo importante, definido por autoridade reconhecida. Assim o cânone literário nada mais é do que uma seleção valorizada de livros, consequentemente impõe a exclusão de muitos outros, originando dessa escolha muitas controvérsias. Essa lista literária, conforme Compagnon (2001) começou a se estabelecer no século XIX, ancorada no nacionalismo e no papel de herói que os escritores desempenhavam ao retratar o forte sentimento pela nação.



recorrem aos tradicionais lugares sociais do feminino, por exemplo:

[...] a mulher como ser sexual, que desvirtua o homem/padre reforça a ideia do feminino como símbolo de corrupção do masculino, pois, como sabemos, o catolicismo difundiu a mensagem de Eva como uma pecadora em potencial, e, vale salientar, essa imagem e capacidade crítica para chamar a atenção de alunos/as acerca dessas permanências em nossa história, utilizando tais imagens para problematizar as relações de poder numa sociedade que historicamente tem sido dominada pelo masculino. (2014, p. 161).

Ao ler as análises do professor Antônio de Pádua Dias da Silva, em seu livro *Literatura brasileira de autoria feminina – vozes de permanência e poética da agressão* (2010), compreende-se que, impedindo o estudante de conhecer mais sobre o universo da escrita feminina, a escola continua seguindo um ensino patriarcalista, discriminando a presença da mulher escritora na literatura, o aluno só conhece a mulher romântica, idealizada e submissa representada pela escrita falocêntrica. Para o referido autor, é preciso reconhecer severamente que as

análises tradicionais, supervalorizando cronologias, biografia de autores e escolas literárias, embotam o sentido crítico e criativo do leitor-aluno. Nesse sentido, em seu relevante texto *Literatura e sociedade* (2000), Antonio Candido considera que “Não basta nos alimentarmos apenas de técnicas de caráter acadêmico – coisa, aliás, muito elitista – devemos sim nos instrumentalizar com fins a ação efetiva.” (CANDIDO, 2000).

A importância da leitura dessas narrativas femininas, nas aulas do ensino fundamental II, está no fato de que existe uma “condição diferente”, um discurso modificado (um discurso feminino), uma construção de personagens diferente, dentro de uma linguagem e um modo de posicionar que difere da narrativa de autoria masculina. Nesse contexto, Antonio de Pádua Dias da Silva comenta que:

As personagens femininas criadas por escritoras contemporâneas comportam-se de modo diferenciado das personagens femininas românticas e realistas criadas por homens. Elas enunciam suas crises, denunciam suas insatisfações, representam suas vozes libertárias e sua nova mentalidade a respeito das relações sociais. (2010, p, 20)



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

É necessário redimensionar o papel da literatura no espaço escolar, de maneira que possa romper com a tradição hierárquica, falocêntrica e obscurantista. Faz-se necessário discutí-la e debatê-la em todo seu vigor e amplitude, de modo que essa linguagem favoreça a formação humanista, solidária e cidadã no processo da educação escolar. Sendo essa a sua essência, a literatura de autoria feminina não pode ser compreendida como um objeto deslegitimado e silencioso na construção do saber. Desse modo, concordamos com a concepção de leitura de Regina Zilberman (2005, p. 112), que explica e interpreta a leitura como um processo que congrega e expressa os anseios da sociedade:

Compreendida dialeticamente, a leitura também pode se apresentar na condição de um instrumento de conscientização, quando diz respeito aos modos como a sociedade, em conjunto, repartidas em segmentos diferentes ou composta de indivíduos singulares, se relaciona ativamente com a produção cultural, isto é, com os objetos e atitudes em que se depositam as manifestações da linguagem, sejam estas gestuais, visuais, ou verbais (oral, escrita, mista, audiovisual). (2005, p. 112)

As autoras brasileiras que, ao longo do tempo, desde o século XVI, foram silenciadas por motivos de natureza sociocultural (relações de poder entre os gêneros) como nos mostra Woolf (1985, p. 63): “E sem dúvida, pensei, olhando a prateleira onde não há peças de autoria de mulheres, seu trabalho sairia sem assinatura. [...] o anonimato corre-lhes nas veias. O desejo de se ocultar ainda as possui.”, precisam, inevitavelmente, dar visibilidade as suas obras, para que se amplie a história da literatura brasileira, e acreditamos que o espaço para isso seja dentro das salas de aula das escolas públicas, a fim de acabar de vez com o preconceito por parte dos escritores canônicos, preconceito do texto e preconceito de autoria. Nessa perspectiva, Antonio de Pádua Dias da Silva faz referência ao cânone brasileiro:

O que percebemos neste cânone é a manutenção de nomes de escritores e textos que são perpetuados ao longo dos séculos, ali inclusos e interpretados como clássicos, sem a menor discussão em torno dos textos de autoria feminina. (2010, p. 24)

Não queremos aqui, de forma alguma, questionar o estudo dos autores clássicos na literatura, é evidente a sua importância, apenas questionamos o fato do ensino de literatura na escola não privilegiar a igualdade

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



de gênero, mas sim o estilo falocêntrico do cânone. O que propomos aqui não é um estudo específico sobre a presença ou exclusão de autoras no cânone literário brasileiro, utilizamo-nos dessa questão apenas para dar ênfase a nossa problemática que gira em torno de fortalecer a igualdade de gênero na escola, através das novas leituras sobre a escrita de autoria feminina, visando combater a discriminação de gênero e assim, propagar o estudo da literatura produzida por autoras brasileiras no ensino básico das escolas públicas, objetivando combater a violação dos direitos das mulheres de serem reconhecidas socialmente e academicamente por seu trabalho enquanto autoras que, através da arte da escrita podem empoderar outras mulheres.

Este artigo pretende despertar para um trabalho de resgate das obras e valorização da mulher na literatura brasileira, a fim de que ela possa “marcar no corpo social o seu lugar ao sol” (SILVA, 2010, p. 64). Nesse sentido, há a necessidade de inserir nas aulas de literatura as obras de autoria feminina a fim de que os discentes percebam a diferença entre as vozes femininas e masculinas dentro da escrita, através das temáticas abordadas nas obras e na construção de personagens, que leva o aluno a refletir criticamente sobre os papéis sociais exercidos e aceitos (ou não) pela mulher, dentro da sociedade, desenvolvendo assim leitores capazes de

perceber a plurissignificação do texto literário e o seu efeito crítico social, político, humano e pedagógico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitos os caminhos possíveis para se fazer da escola um lugar de construção de homens e mulheres, cidadãos e cidadãs fraternos, reflexivos, críticos, respeitosos, formadores e multiplicadores dos conhecimentos em e para os Direitos Humanos, porém, a cultura dos Direitos Humanos ainda precisa ser compreendida e socializada nos mais diferentes saberes, dentro desses saberes, destacamos, nesse artigo, a educação para igualdade de gênero, educação essa que demanda investigação, estudo e proposição dos caminhos a serem seguidos.

A importância da educação para a igualdade de gênero se dá, pelo motivo de que, mesmo vivendo em uma sociedade moderna, o papel das mulheres na vida pública, em particular, tem sido limitado pela ascensão do fundamentalismo ¹¹de base

¹¹ Dá-se o nome de fundamentalismo aos movimentos de caráter religioso, étnico, econômico e político. Este termo foi criado dentro do protestantismo do sul dos Estados Unidos no século XIX e, portanto a princípio veio sob contexto religioso. No Brasil, o fundamentalismo não possui apenas um rosto religioso. Todos os sistemas sejam culturais, científicos, políticos, econômicos e artísticos que se apresentam como portadores exclusivos de verdade e de solução única para os problemas devem ser considerados



machista, havendo discriminação de gênero, exercida por várias leis retrógradas e obscurantistas, onde a sociedade do século XXI ainda é extremamente marcada pelas diferenças de gênero e relações de poder estabelecidas entre homem/mulher.

A Escola tem como responsabilidade ser uma instituição social formadora que deve sempre sensibilizar os educandos para as questões mais delicadas e urgentes de nossa sociedade contemporânea. Trabalhar essa temática da discriminação de gênero na literatura através do estudo sobre as obras de autoria feminina em sala de aula é de certa forma, protestar, contra tais padrões e valores de uma sociedade patriarcal e machista a qual cerceia qualquer possibilidade da mulher atingir sua plenitude.

Por meio da educação básica pode-se romper barreiras e avançar no sentido de transformar os Direitos Humanos como parte essencial dos currículos escolares, uma vez que este é ferramenta de transformação de todos os contextos sociais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos** 3.

fundamentalistas. Vivemos atualmente sob o império feroz de vários fundamentalismos.

(<http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh3/index.htm>)
1) Acesso em 18 de abril de 2015.

BRASIL, **Lei Federal nº 9.394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil. 20 de dezembro de 1996.

CALISSI, Luciana. A Escola como espaço de formação/ transformação: estratégias metodológicas para educação em/para os Direitos Humanos. In: FLORES, Elio Chaves; FERREIRA, Lúcia F. Guerra; MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. **Educação em Direitos Humanos & Educação para os Direitos Humanos**. (Orgs.). João Pessoa: Universitária/UFPB, 2014.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 1970.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. Modos de educação, gênero e relações escola-família. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora Autores Associados, p. 41-58, jan./abr. 2004.

DRUMONT, Mary Pimentel. **Elementos para uma análise do machismo**. Perspectivas, São Paulo, 3: 81-85, 1980.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero: Questões para a Educação. In: BRUSCHINI, Cristina & UNBEHAUM, Sandra (Org). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. Editora 34. p. 227-242, 2002.

MUZART, Zahidé Lupinacci.(org) **Escritoras Brasileiras do Século XX**. 2º ed.rev., Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

ROCHA, Solange Pereira. Imagens (Des) Encobertas sobre a população negra, povos indígenas e mulheres nos livros didáticos. In: FLORES, Elio Chaves; FERREIRA, Lúcia F.

Guerra; MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. **Educação em Direitos Humanos & Educação para os Direitos Humanos.** (Orgs.). João Pessoa: Universitária/UFPB, 2014.

